

# LOTERIAS SÃO PAULO

Produto I  
Anexo Minuta de Edital



Projeto liderado pela NGT, com a consultoria de BetConsult, a assessoria jurídica da Feijó Advocacia, Lenzi Advocacia e Pedro Henrique Braz de Vita, e assessoria financeira da Blue Lagoon. A parte técnica e operacional foi elaborada pelas seguintes empresas: NGT, BIG Brazil, Sga.bet e Marjosports.

## MINUTA DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

A Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão da Secretaria de Fazenda e Planejamento, através da Comissão de Licitação designada pela Portaria nº X, publicada no Diário Oficial de São Paulo em XX de XX de 202X, torna público o presente Edital de **CHAMAMENTO PÚBLICO**, destinado a selecionar empresas aptas a serem credenciadas e assumirem a prestação de serviços lotéricos no âmbito desta unidade federativa, mediante a formalização de contratos de concessão de serviços públicos, nos termos das Leis Federais nº 8.987/95 e 8.666/93, do Decreto-Lei nº 204/97, da Lei Estadual nº 17.386/2021, e demais normas vigentes aplicáveis ao caso, a ocorrer nos termos das disposições abaixo.

### 1. COMISSÃO DE LICITAÇÃO

1.1 A Comissão de Licitação designada para conduzir o presente **CHAMAMENTO PÚBLICO** exercerá suas funções na R. XXX, nº XXX, Bairro XXX, no município de São Paulo/SP, e poderá ser contatada por meio do e-mail \*\*\*,.

### 2. DATAS, HORÁRIOS E FORMA DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS

2.1 O acolhimento dos documentos necessários para a efetivação do credenciamento das empresas interessadas terá início no dia XX/XX/2021, e poderá ser feita diretamente no endereço mencionado no item 1.1, em horário comercial.

2.2 Os documentos deverão ser apresentados em sua forma original ou cópia autenticada em cartório.

### **3. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO**

3.1 Este Edital, bem como o credenciamento a ser formado a partir dele, terão prazos de vigência indeterminados, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial de São Paulo.

3.2 Este Edital, bem como o credenciamento a ser formado a partir dele, podem ser revogados, anulados, aprimorados ou modificados a qualquer tempo, sem aviso previo e mediante aposição de justificativa.

### **4. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES**

4.1 Qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos pelo e-mail indicado no preâmbulo deste Edital, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis antes da data para início do acolhimento dos documentos necessários para a efetivação do credenciamento das empresas interessadas, conforme item 2.1.

4.1.1 As solicitações de esclarecimentos serão respondidas por meio do endereço eletrônico e registradas no processo de seleção.

4.2 Qualquer interessado poderá impugnar este Edital mediante envio de suas razões pelo e-mail indicado no preâmbulo deste Edital, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis antes da data para início do acolhimento dos documentos necessários para a efetivação do credenciamento das empresas interessadas, conforme item 2.1.

4.2.1 Os pedidos de impugnação serão respondidos em até 3 (três) dias úteis de seu recebimento e serão registrados no processo de seleção.

4.3 Os pedidos esclarecimento e de impugnação realizados após o prazo indicado no item 4.2 serão recebidos como mera informação, e não terão prazo próprio para serem respondidos.

4.4 Os pedidos de esclarecimento e de impugnação não suspendem os prazos estipulados neste Edital.

4.5 As alterações no Edital que afetarem a formulação das propostas serão comunicadas nos meios mesmos de divulgação deste Instrumento, de modo a orientar interessados em (re)apresentar propostas.

4.6 As alterações no Edital que não afetarem a formulação das propostas serão comunicadas apenas aos sujeitos que as provocaram.

## **5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

5.1 A participação no processo de credenciamento implica o conhecimento e a aceitação, plena e irrevogável, das normas do presente Edital, seus Apêndices e Anexos.

5.2 Poderão participar desta seleção os interessados que possuam os requisitos de habilitação exigidos e cujo objeto social da empresa, expresso no estatuto, contrato social ou documento oficial equivalente, seja direta ou indiretamente compatível com os serviços a serem concedidos.

5.3 Será permitida a participação de consórcio de empresas, desde que as exigências peculiares previstas neste Edital sejam observadas.

5.3.1 Será permitida a participação de empresas estrangeiras exclusivamente no caso de serem participantes de consórcio liderado por empresa com sede no Brasil.

5.4 Será admitida a subcontratação de atividades atinentes à execução dos contratos, sendo vedada exclusivamente a subcontratação do objeto da concessão.

5.5 Não poderão participar desta seleção:

- a) servidor ou dirigente da Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão da Secretaria de Fazenda e Planejamento ou do Estado de São Paulo;
- b) pessoas físicas ou jurídicas que estejam com o direito de licitar e contratar com o Estado de São Paulo suspenso, ou que estejam impedidas de licitar e contratar com os órgãos e entidades da administração pública direta ou indireta do Estado de São Paulo, ou ainda que tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;
- c) empresas que se encontrem sob falência decretada ou sob processo de concordata.

## **6. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO**

6.1 As empresas interessadas poderão se unir em consórcios para participar do presente credenciamento.

6.2 Os consórcios deverão apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, Compromisso de Constituição de Consórcio, público ou particular, com firma reconhecida em cartório, subscrito por todas as empresas que o compõem, de acordo com os arts. 278 e 279, da Lei Federal nº 6.404/76, arts. 18, XII, e 19, da Lei Federal nº 8.987/95, devendo conter o seguinte:

6.2.1 Razão social das empresas que compõem o consórcio, com indicação da empresa líder, a qual deverá ser autorizada pelas demais consorciadas a representá-las e receber instruções em nome do consórcio;

6.2.2 Endereço do consórcio e prazo estipulado para a sua duração, que não poderá ser inferior a 5 (cinco) anos, contados da data da assinatura do contrato de concessão;

6.2.3 Percentual de participação de cada uma das empresas no consórcio, bem como indicação de quais atividades serão desempenhadas por cada uma delas, no caso de consórcio heterogêneo;

6.2.4 Objeto do consórcio, o qual deve ser adequado ao objeto do contrato de concessão;

6.2.5 Declaração expressa de responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio no bojo deste processo de credenciamento;

6.2.6 Declaração expressa de não alteração da composição do consórcio durante este processo de credenciamento e após a assinatura do contrato de concessão, salvo mediante justificativa e autorização expressa do Estado;

6.2.7 Declaração expressa de que a formação original do consórcio será replicada no quadro de acionistas da Sociedade de Propósito Específico (SPE) a ser firmada como condição para a assinatura do contrato de concessão.

6.3 É proibida a participação da mesma empresa em mais de um consórcio participante do presente credenciamento.

6.4 Os consórcios compostos por empresas estrangeiras deverão ter como líder empresa com sede no Brasil, nos termos do item 5.3.1 deste Edital.

6.5 As empresas unidas em consórcio responderão solidariamente pelos atos praticados no bojo deste processo de credenciamento.

6.6 As empresas unidas em consórcio poderão comprovar, conjuntamente, o preenchimento dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira exigidos neste Edital, segundo disposições específicas deste Instrumento.

## **7. HABILITAÇÃO**

7.1 As empresas interessadas em participar do presente processo de credenciamento deverão comprovar que detêm condições pessoais de prestar adequadamente os serviços atinentes aos contratos de concessão, mediante preenchimento dos requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e econômico-financeira fixados neste Edital.

7.2 A habilitação jurídica deverá ser comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

7.2.1 Registro comercial, no caso de empresa individual.

7.2.2 Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente atualizados e registrados, em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados dos documentos de eleição de seus atuais administradores.

7.2.3 Instrução do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da eleição da diretoria em exercício;

7.2.4 Instrumento público ou particular de mandato (procuração), com firma reconhecida em cartório, outorgando expressamente poderes para se manifestar pela interessada, dar declarações, interpor recurso ou renunciar ao direito de o fazer, contrair obrigações, assim como praticar todos os atos pertinentes a este processo de credenciamento, quando a empresa interessada for representada pelo procurador;

7.2.5 Cédula de Identidade do representante da empresa;

7.2.6 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME);

7.2.7 Em se tratado de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, certidão expedida pela Junta Comercial ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição, nos termos do art. 8º, da Instrução Normativa nº 103, de 30 de abril de 2007, do Departamento Nacional de Registro Comercial (DNRC);

7.2.8 Em se tratando de Microempreendedor Individual, certidão que compre a condição, nos termos da Resolução CGSIM nº 16, de 2009;

7.2.9 As empresas estrangeiras que não funcionem no Brasil atenderão às exigências anteriores mediante apresentação de documentos equivalentes, traduzidos por tradutor juramentado, autenticados pelos respectivos consulados e acrescidos de procuração;

7.3 A regularidade fiscal e trabalhista deverá ser comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

7.3.1 Certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, perante a Fazenda Nacional, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, incluindo os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c”, do parágrafo único, do art. 11, da Lei Federal nº 8.212/91, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 02/10/2014;

7.3.2 Certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, de regularidade perante a Fazenda Estadual;

7.3.3 Certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, de regularidade perante a Fazenda Municipal;

7.3.4 Certidão negativa de débitos trabalhistas, ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos trabalhistas;

7.3.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, de acordo com o ramo de atividade.

7.4 A qualificação técnica deverá ser comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

7.4.1 Apresentação de atestados de capacidade técnico-operacional, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o exercício anterior das seguintes atividades:



- a) operação de jogos lotéricos ou atividade similar em termos de capilaridade ou de operação, em qualquer território ou país, que abranja 2 (dois) ou mais municípios;
- b) operação de jogos lotéricos ou atividade similar em termos de capilaridade ou de operação, em qualquer território ou país, que abranja município com população superior a 2.000.000 (dois milhões) de pessoas;
- c) operação de jogos lotéricos ou atividade similar em termos de capilaridade ou de operação, em qualquer território ou país, que abranja, no mínimo, 100 (cem) pontos de venda;
- d) operação de jogos lotéricos ou atividade similar em termos de capilaridade ou de operação, em qualquer território ou país, na qual tenham sido realizados processos de extração de números;
- e) operação de jogos lotéricos ou atividade similar em termos de capilaridade ou de operação, em qualquer território ou país, com execução de jogos simultâneos.

7.4.2 Os atestados de capacidade técnico-operacional devem ter sido emitidos em nome da empresa interessada, e devem conter:

- a) a razão social e dados de identificação da instituição emitente, os quais permitam a realização de eventuais diligências;
- b) a descrição dos serviços prestados, contendo dados que permitam o amplo entendimento dos trabalhos;
- c) o período no qual as atividades foram prestadas;
- d) a afirmação de que a empresa interessada prestou os serviços de maneira satisfatória;
- e) a data da emissão, nome, cargo e assinatura dos responsáveis pela veracidade das informações.

7.5. A qualificação econômico-financeira deverá ser comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

7.5.1 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício orçamentário, exigíveis na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE, nos casos em que tais documentos tiverem sido encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação dos documentos pertinentes a este processo de credenciamento;

7.5.1.1 As empresas com menos de um exercício orçamentário deverão cumprir a exigência do item 7.4.1 mediante apresentação do Balanço de Abertura;

7.5.1.2 Serão considerados como aceitáveis os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis:

a) Publicados em Diário oficial;

b) Publicados em Jomal de Grande Circulação;

c) Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa interessada;

d) Registradas em Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa interessada, na forma da Instrução Normativa nº 11 de 5/12/2013, do Departamento de Registro Empresarial de Integração (DREI), acompanhados obrigatoriamente dos Termos de Abertura de Encerramento.

7.5.1.3 Havendo alteração do Capital Social após o encerramento do Balanço Patrimonial, a empresa interessada deverá apresentar documentação que comprove essa alteração, devidamente registrada na Junta Comercial;

7.5.1.4 As pessoas jurídicas optante do Sistema de Lucro Real ou Presumido e que distribuem lucro, deverão apresentar também recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL;

7.5.2 Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, válida na data da apresentação dos documentos pertinentes a este processo de credenciamento;

7.5.2.1 Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar deste credenciamento, desde que o acolhimento do respectivo plano de recuperação pelo Poder Judiciário, nos termos do art. 58, da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação.

7.5.3 Comprovação de Patrimônio líquido mínimo equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor projetado de investimentos ao longo de todo o contrato, abrangendo investimento inicial, e reinvestimentos, de acordo com o plano de negócios apresentado;

7.5.4 Comprovação de Índice de Liquidez Geral igual ou superior a 1 (um), apurado com informações constantes do Balanço Patrimonial apresentado na forma do item 7.5.1, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ILG} = (\text{AC} + \text{RLP}) - (\text{PC} + \text{ELP})$$

ILG: Índice de Liquidez Geral

AC: Ativo circulante, excluídos os títulos descontados e provisão para devedores duvidosos

RLP: Realizável a Longo Prazo

PC: Passivo Circulante

ELP: Exigível a Longo Prazo

7.5.5 Comprovação de Índice de Liquidez Corrente igual ou superior a 1 (um), apurado com informações constantes do Balanço Patrimonial apresentado na forma do item 7.5.1, de acordo com a seguinte fórmula:

**ILC = AC – PC**

ILC: Índice de Liquidez Corrente

AC: Ativo Circulante

PC: Passivo Circulante

7.5.6 Os índices contábeis mencionados nos itens 7.5.4 e 7.5.5 deverão ser informados pelas empresas interessadas, em memoriais assinados pelos seus contadores, e serão confirmados pela Comissão de Licitação.

7.5.7 Empresas estrangeiras deverão comprovar os requisitos acima mediante apresentação de documentos equivalentes aos discriminados nos subitens anteriores emitidos em seus países de origem, ou declaração formal informando e fundamentando eventual impossibilidade.

7.6 As empresas interessadas também deverão apresentar, para fins de preencher os requisitos de habilitação:

- a) certidão simplificada da junta comercial ad sede da pessoa jurídica da proponente;
- b) declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- c) compromisso de constituição de consórcio, nos termos do item 6.2 deste Edital.

7.7 A apresentação dos documentos de habilitação é de exclusiva responsabilidade das empresas interessadas.

7.8 Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia, desde que sejam autenticados por cartório competente ou por empregado da Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão da

Secretaria de Fazenda e Planejamento, e não serão devolvidos às empresas interessadas.

7.9 Serão aceitos registros de CNPJ de matriz e filial de empresas interessadas, com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, desde que seja comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.10 No caso da participação em consórcio, a comprovação dos requisitos de habilitação deverá ser feita por cada consorciado, exceto no tocante às exigências de qualificação técnica previstas no item 7.4.1, e de patrimônio líquido mínimo prevista no item 7.5.3, as quais poderão ser comprovadas conjuntamente, inclusive mediante o somatório de atestados de qualificação técnico-operacional.

7.11 As declarações e outros documentos considerados necessários para a comprovação da habilitação, produzidos pela própria empresa interessada, deverão conter data, identificação e assinatura do representante legal da empresa.

7.12 Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos documentos solicitados nos itens 7.2, 7.3, 7.4, 7.5 e 7.6, ou ainda documentos ilegíveis ou com datas de emissão rasuradas.

7.13 As microempresas e empresas de pequeno porte devem apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, e, acaso se constate alguma pendência, serão convocadas para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis – passível de prorrogação por igual período, mediante requisição formal e a critério da Comissão de Licitação –, comprovar a regularização da pendência.

7.13.1 A não regularização da pendência, no prazo estipulado no item 7.13, resultará na inabilitação da empresa interessada.

## **8. O PLANO DE NEGÓCIOS**

8.1 A empresa interessada deverá apresentar plano de negócios, compatível com o prazo do contrato de concessão e de acordo com as exigências específicas de cada modalidade de jogo lotérico, contendo no mínimo:

- a) A(s) modalidade(s) de jogo(s) que pretende explorar;
- b) O volume de investimentos a ser realizado em virtude da concessão;
- c) Cronograma físico-financeiro detalhando os desembolsos a ser realizados a título de investimento;
- d) Plano operacional;

8.2 A aprovação do plano de negócios está sujeita a prévia avaliação do documento pela Comissão de Licitação, a qual poderá requerer, a qualquer tempo, adequações que se mostrem pertinentes.

8.2.1 O conteúdo do ANEXO X poderá ser alterado a qualquer tempo pela Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão da Secretaria de Fazenda e Planejamento, visando o aprimoramento do modelo de negócios a ser apresentado por novas empresas interessadas.

8.3 A pedido do Estado ou da Concessionária, e mediante a formalização das justificativas cabíveis, o plano de negócios apresentado originalmente poderá sofrer adequações no decorrer da execução do contrato de concessão, visando a adequação ou a expansão do modelo de negócios encartado no contrato.

## **9. O PLANO DE JOGO**

9.1 No momento oportuno, a empresa interessada deverá apresentar ainda um plano de jogo individualizado para cada modalidade de jogo que pretenda explorar.

9.2 Os planos de jogos apresentados serão analisados em conformidade com os critérios fixados na minuta do contrato anexo a este Edital.

9.3 Os critérios fixados no contrato anexo a este Edital poderão ser revistos a qualquer tempo pelo Estado, visando ao aprimoramento do modelo de negócios a ser apresentado por novas empresas interessadas.

## **10. PROCEDIMENTO**

10.1 A qualquer tempo, as empresas interessadas poderão encaminhar requerimento de credenciamento à Comissão de Licitação.

10.2 O requerimento de credenciamento deverá ser encaminhado ao endereço contido no item 1 deste Edital, juntamente com os documentos de habilitação indicados no item 7 deste Edital e com o plano de negócios indicado no item 8 deste Edital, todos acondicionados em envelope(s) lacrado(s) e numerado(s).

10.3 O requerimento de credenciamento, bem como os documentos de habilitação, serão avaliados com o objetivo de se averiguar se a empresa interessada detém as características pessoais necessárias para bem executar os serviços a serem concedidos.

10.3.1 A Comissão de Licitação poderá a qualquer momento realizar diligência com o objetivo de verificar a veracidade e a validade dos documentos, bem como solicitar esclarecimentos e providências adicionais.

10.4 Após constatar que o requerimento de credenciamento bem como os documentos de habilitação e o plano de negócios estão em conformidade com as exigências contidas neste Edital, a Comissão de Licitação emitirá em favor da empresa interessada um TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DE PLANO(S) DE JOGO(S).

10.5 O TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PLANO(S) DE JOGO(S) será publicada no endereço eletrônico da Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão da Secretaria de Fazenda e Planejamento e encaminhada para a empresa interessada por e-mail.

10.6 Após o encaminhamento do TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PLANO(S) DE JOGO(S), a empresa deverá elaborar seu(s) plano(s) de jogo(s), nos termos do item 8 deste Edital.

10.6.1 O prazo para entrega do(s) plano(s) de jogo(s) será de 30 (trinta) dias, acaso a empresa interessada tenha indicado até 2 (duas) modalidades de jogos a serem explorados, e de 60 (sessenta) dias, acaso a empresa interessada tenha indicado mais de 2 (duas) modalidades de jogos a serem explorados.

10.7 A Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão da Secretaria de Fazenda e Planejamento terá 30 (trinta) dias para avaliar o(s) plano(s) de jogo(s) entregue(s) pela empresa interessada e emitir o respectivo TERMO DE APROVAÇÃO DE PLANO(S) DE JOGO(S) realizar o credenciamento da empresa interessada.

10.8 A Comissão de Licitação não se responsabiliza por documentos que não sejam entregues de forma adequada.

10.9 Ao encaminhar requerimento de credenciamento, a empresa interessada assume que conhece e concorda com todas as regras atinentes a este Edital e ao processo de credenciamento.

10.10 Caberá à empresa interessada acompanhar os avisos emitidos pela Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão da Secretaria de Fazenda e Planejamento em seu endereço eletrônico, recaindo sobre ela o ônus de eventual inobservância de determinações, prazos ou procedimentos.

10.11 Para todas as fases do procedimento de credenciamento das concessionárias, os interessados terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do 1º (primeiro) dia subsequente ao recebimento do e-mail que comunicou o indeferimento, para complementar a documentação apresentada, de forma a sanear todas as



pendências apontadas pela Comissão de Licitação, sem prejuízo do disposto no Item 10 e seguintes deste edital.

10.12. Os envelopes contendo os documentos de habilitação, não abertos, ficarão à disposição para retirada no endereço indicado pela Comissão de Licitação, pelo período de 30 (trinta) dias, após o prazo os documentos serão destruídos.

10.13. O indeferimento do pedido de credenciamento não impede que as empresas interessadas apresentem novos requerimentos, devidamente instruídos, enquanto perdurar a vigência deste edital.

## **11. RECURSOS**

11.1 A empresa interessada poderá interpor recurso de eventual decisão da Comissão de Licitação pela não emissão do TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DE PLANO(S) DE JOGO(S) ou do TERMO DE APROVAÇÃO DE PLANO(S) DE JOGO(S).

11.2 O prazo para interposição do recurso será de 5 (cinco) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento do e-mail que comunicou a decisão recorrida.

11.3 Os recursos deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação, no e-mail indicado no item 1 deste Edital, ou ao endereço contido no mesmo item deste Instrumento, devendo ela receber, examinar e decidir a respeito.

11.4 No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, a Comissão de Licitação deve decidir sobre a revisão ou a manutenção dos atos impugnados no recurso, devendo, neste último caso, encaminhá-lo para o Secretário de Estado, para decisão final acerca da questão.

11.5 Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela empresa Interessada.

11.6 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **12. O CREDENCIAMENTO E AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA A ASSINATURA DO CONTRATO DE CONCESSÃO**

12.1 Estando de posse do TERMO DE APROVAÇÃO DE PLANO(S) DE JOGO(S) a empresa interessada poderá requerer a sua inclusão no credenciamento, bem como tomar as medidas necessárias para realizar a assinatura do contrato de concessão.

12.2 A empresa agraciada com o TERMO DE APROVAÇÃO DE PLANO DE JOGO(S) terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento do e-mail que comunicou a emissão do referido documento, para realizar o pagamento da outorga, nos termos da Cláusula 10 do ANEXO VI - Minuta do Contrato, bem como para apresentar as garantias, nos termos da Cláusula 27 do ANEXO VI – Minuta do Contrato.

12.3. A relação de empresas credenciadas será disponibilizada na página eletrônica do governo do Estado de São Paulo, em seu endereço eletrônico, bem como será publicado no Diário Oficial do Estado do Estado de São Paulo, periodicamente, quando houver atualizações.

12.4. A empresa credenciada deverá manter, durante toda a vigência da sua concessão, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação.

12.5 Poderá ocorrer o descredenciamento, sempre resguardado o direito de contraditório e ampla defesa, diante das seguintes situações:

12.5.1 Paralisação dos serviços sem justa causa e sem prévia comunicação;

12.5.2 Alteração do contrato social que prejudique a execução do objeto contratual;

12.5.3 Liquidação extrajudicial, decretação de concordata ou falência;

12.5.4 Fraude ou dolo praticados e devidamente comprovados;

12.5.5 Impedimento, obstrução ou embaraço para fins de realização de qualquer serviço necessário aos direitos das partes.

12.6 A Pessoa Jurídica for credenciada pelo Estado será convocada, no prazo de até 30 (trinta) dias, para assinar o respectivo contrato de concessão.

12.7 O prazo de vigência do contrato de concessão decorrente deste processo de credenciamento será de XX (XX) anos, contados da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado.

12.8 O contrato de concessão poderá ser prorrogado a exclusivo critério do Poder Concedente, nos termos da lei, nas seguintes hipóteses:

- a) por interesse público, devidamente justificado;
- b) para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, inclusive quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços não previstos no Contrato.

### **13. AS FONTES DE RECEITA**

13.1 As receitas a serem auferidas pela CONCESSIONÁRIA decorrerão da Concessão dos serviços de implantação e operação dos jogos lotéricos;

13.2 A remuneração da CONCESSIONÁRIA é definida pelo percentual definido no Decreto nº XXX para cada modalidade lotérica, rubricado como cobertura de despesas de custeio e de manutenção do agente operador da loteria estadual.

#### **14. O RESSARCIMENTO DO ESTUDO**

14.1 O presente processo de credenciamento foi antecedido de Procedimento de Manifestação de Interesse Privado, por meio do Edital de Chamamento Público nº 004/2021

14.2 A Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão da Secretaria de Fazenda e Planejamento obteve os projetos, estudos, levantamentos e investigações, bem como o seu respectivo custo, que foi devidamente aprovado e deverá ser ressarcido pelas empresas credenciadas.

14.3 As concessionárias que firmarem contrato de concessão nos primeiros três (três) meses após a publicação do Edital deverão dividir entre elas os custos do ressarcimento dos estudos elaborados pela (s) empresa (s) selecionadas no PMI nº 004/2021, no valor total de R\$ 845.800,00 (oitocentos e quarenta e oito mil e oitocentos reais) [valor proposta pelos autores dos estudos].

14.3.1 O ressarcimento dos estudos deverá ser realizado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir do terceiro mês do aniversário da publicação do Edital.

14.3.2 As demais empresas que forem habilitadas e assinarem contrato de concessão posteriormente deverão ressarcir proporcionalmente às empresas que realizaram o pagamento adiantado do ressarcimento dos estudos, sendo que o valor deverá ser corrigido pela taxa SELIC.

14.3.3 Na hipótese de não ser contratada nenhuma empresa nos três primeiros meses depois da publicação do Edital, os estudos deverão ser ressarcidos pela primeira empresa que assinar o contrato de concessão, no prazo de 15 (quinze) dias contados da assinatura do contrato.

14.3.4 Em qualquer hipótese, a ausência de ressarcimento dos estudos nos prazos previstos nos itens anteriores configura inadimplemento gravíssimo e acarreta rescisão do contrato de concessão por culpa exclusiva da concessionária.

14.3 Caso o autor dos estudos escolhido em fase Procedimento de Manifestação de Interesse Privado, por meio do Edital de Chamamento Público nº 004/2021 se credencie, individualmente ou integre o CONSÓRCIO, este ressarcimento restará prejudicado no tocante à quota parte decorrente do seu credenciamento.

## **15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1 O não cumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital de Credenciamento, no Contrato de Concessão ou em normativos posteriores ensejará a aplicação das penalidades previstas no Termo de Referência e nos demais dispositivos legais e regulamentares aplicáveis.

## **16. FISCALIZAÇÃO E DA AUDITORIA**

16.1 A Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão da Secretaria de Fazenda e Planejamento será responsável pela fiscalização e auditoria do cumprimento de todas as obrigações dos concessionários constantes deste edital e seus anexos, do Contrato de Concessão e de cada Plano de Jogo aprovado, sem prejuízo das demais normas aplicáveis, conforme regras estabelecidas no do Anexo do Contrato I deste edital (Caderno de Encargos).

16.2 A Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão da Secretaria de Fazenda e Planejamento anotará em termo próprio o registro de ocorrências apuradas nas fiscalizações, encaminhando-o formalmente à Concessionária para regularização das faltas ou defeitos verificados.

16.3 A Concessionária será obrigada a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, as atividades executadas no âmbito da Concessão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

16.4 A Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão da Secretaria de Fazenda e Planejamento poderá editar ato normativo disciplinando novos procedimentos de controle, fiscalização e auditoria dos Operadores a qualquer tempo, desde que fundamentado e objetivando o aprimoramento da prestação do serviço lotérico Estadual.

## **17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1 O presente Edital e seus Anexos farão parte integrante do contrato, independente de transcrição.

17.2 As empresas interessadas são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época.

17.3 É facultado à Comissão de Licitação, em qualquer fase do Credenciamento, promover diligências e/ou solicitar parecer técnico de pessoa, integrante ou não do quadro da Administração Pública, para esclarecer ou complementar a instrução do processo.

17.4 Às empresas interessadas não cabe ressarcimento de qualquer valor, mesmo que a título de compensação de despesas, pela submissão de documentos, respostas, demonstrações, discussões ou por qualquer outro motivo decorrente do processamento deste Credenciamento.

17.5 A Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão da Secretaria de Fazenda e Planejamento compromete-se em manter sigilo de todas as informações enviadas pelas interessadas.

17.6 A Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão da Secretaria de Fazenda e Planejamento funcionará também como agente regulador dos serviços prestados pelos concessionários, podendo expedir a qualquer tempo, atos administrativos referentes à fiscalização, auditoria, controle, operacionalização e exploração do serviço público objeto deste Edital, tais atos serão observados, obrigatoriamente, pelos concessionários.

17.7 É vedada a exclusividade na relação contratual, sendo as partes contratantes independentes para firmar outros instrumentos jurídicos com terceiros para a mesma finalidade.

17.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão da Secretaria de Fazenda e Planejamento.

17.9 Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela Comissão de Licitação.

17.10. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo – SP para dirimir quaisquer conflitos provenientes deste processo de credenciamento, por mais privilegiado que possa ser qualquer outro.

17.11 O presente Edital é acompanhado pelos seguintes anexos:

17.11.1 ANEXO I – Modelos de requerimento de credenciamento;

17.11.2 ANEXO II – Modelo de declarações;

17.11.3 ANEXO III – Modelo de procuração;

17.11.4 ANEXO IV – Modelo de carta de declaração de proponente estrangeira;

17.11.5 - ANEXO V – Modelo de compromisso de constituição de consórcio;

17.11.6 - ANEXO VI – Minuta do Contrato;

17.11.7 - ANEXO Contrato I – Caderno de encargos;

17.11.8 - ANEXO Contrato II – Matriz de riscos.